

**Adriano Andrade  
Cleber Masson  
Landolfo Andrade**

**Gabriel Lino  
Lauro Ribeiro  
Rafael Machado**

# **INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS**

**Vol. 2**

- Ambiental
- Criança e Adolescente
- Pessoas com deficiência
- Idoso
- Educação
- Lei Anticorrupção empresarial
- Saúde

**2.<sup>a</sup>** | revista,  
edição | atualizada  
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2019 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770  
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 27.02.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

148

Andrade, Adriano

Interesses Difusos e Coletivos, volume 2 / Adriano Andrade ... [et al.]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO, 2019.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-8525-7

11/1/19

1. Interesses difusos – Brasil. 2. Interesses coletivos – Brasil. I. Andrade, Adriano. II. Título.

19-54842

CDU: 342.726(81)

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - DIREITO AMBIENTAL.....</b>	<b>1</b>
<i>Gabriel Lino</i>	
1.1 Introdução.....	1
1.1.1 Concepções éticas sobre a questão ambiental.....	1
1.1.2 O movimento ambientalista no Brasil e no mundo.....	2
1.1.3 A crise ambiental e o Direito.....	4
1.2 Fundamentos do Direito Ambiental .....	4
1.2.1 Definição e abrangência.....	4
1.2.2 Hermenêutica jurídica e Direito Ambiental (direitos fundamentais e constitucionalização do Direito).....	5
1.2.3 Caráter metaindividual e interdisciplinar do Direito Ambiental .....	7
1.2.4 O meio ambiente na Constituição Federal de 1988.....	8
1.2.5 Perfil da legislação ambiental brasileira (competências legislativas das pessoas políticas) .....	12
1.3 Princípios setoriais do Direito Ambiental .....	16
1.3.1 A relevância dos princípios na atualidade do Direito Ambiental .....	16
1.3.2 Princípios em espécie .....	18
1.3.2.1 Princípio da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável.....	18
1.3.2.2 Princípio da prevenção.....	19
1.3.2.3 Princípio da precaução.....	21
1.3.2.4 Princípio do poluidor-pagador (e usuário-pagador e protetor-recebedor).....	24
1.3.2.5 Princípio da vedação ao retrocesso .....	27
1.3.2.6 Princípio da função socioambiental da propriedade.....	29

	1.3.2.7	Princípio da participação democrática.....	30
	1.3.2.8	Princípio da igualdade entre gerações.....	32
	1.3.2.9	Princípio da natureza pública da proteção ambiental.....	33
1.4		A Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	34
	1.4.1	A Lei n. 6.938/1981 e sua importância no panorama legislativo brasileiro (aspecto histórico, LPNMA como vértice e conceitos fundamentais).....	34
	1.4.2	Princípios, objetivos e diretrizes da PNMA.....	36
	1.4.3	O Sisnama e a questão das competências administrativas de natureza ambiental.....	38
	1.4.3.1	Caracterização do Sisnama.....	38
	1.4.3.2	O Conama: conceito e funções.....	39
	1.4.3.3	A questão das competências administrativas em matéria ambiental.....	42
	1.4.4	Instrumentos da PNMA.....	44
	1.4.4.1	O poder de polícia em matéria ambiental.....	45
	1.4.4.2	O licenciamento ambiental.....	48
	1.4.4.3	O zoneamento ambiental.....	56
	1.4.4.4	Os estudos ambientais (avaliação de impactos ambientais).....	58
	1.4.5	Outras políticas nacionais relativas ao meio ambiente.....	64
	1.4.5.1	Política Nacional de Recursos Hídricos.....	64
	1.4.5.2	Política Nacional de Educação Ambiental.....	69
	1.4.5.3	Política Nacional da Biodiversidade.....	72
	1.4.5.4	Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	85
	1.4.5.5	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	89
1.5		Unidades de conservação – espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito.....	105
	1.5.1	A criação de áreas protegidas como método de proteção ambiental.....	105
	1.5.2	A definição jurídica de espaços territoriais especialmente protegidos – ETEPs – e suas espécies.....	105
	1.5.3	As Unidades de Conservação (ETEPs em sentido estrito) – significado da expressão e utilização de tal método para preservação.....	106
	1.5.3.1	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – objetivos, diretrizes e estrutura.....	106

1.5.3.2	As diferentes categorias de unidades de conservação .....	108
1.5.3.3	As unidades de conservação de proteção integral .....	109
1.5.3.4	As unidades de conservação de uso sustentável .....	111
1.5.3.5	Unidades de conservação atípicas.....	115
1.5.3.6	Criação, implantação e gestão das unidades de conservação .....	115
1.6	Código Florestal Brasileiro.....	120
1.6.1	Antecedentes históricos, debate político e jurídico e perfil da lei editada.....	121
1.6.2	Áreas de preservação permanente.....	123
1.6.2.1	Definição e regime de proteção.....	123
1.6.2.2	Hipóteses de configuração de APPs .....	127
1.6.2.3	Exceções ao regime geral de proteção.....	136
1.6.3	Reserva legal.....	136
1.6.3.1	Definição e regime de proteção.....	136
1.6.3.2	Formas de instituição da reserva legal.....	140
1.6.4	Outros temas relevantes no Código Florestal.....	141
1.6.4.1	O Cadastro Ambiental Rural (CAR).....	141
1.6.4.2	As áreas rurais consolidadas .....	142
1.6.4.3	As áreas de preservação permanente e de reserva legal e o perfil das limitações administrativas de natureza ambiental .....	149
1.6.4.4	O uso do fogo nas atividades agrossilvopastoris ....	150
1.7	Regulação jurídica de atividades de risco.....	153
1.7.1	Agrotóxicos.....	153
1.7.2	Mineração .....	162
1.8	Regime de responsabilidades jurídicas pelos danos ao meio ambiente.....	164
1.8.1	Independência relativa entre as instâncias.....	165
1.8.2	Responsabilidade civil.....	167
1.8.3	Responsabilidade penal .....	172
1.8.4	Responsabilidade administrativa.....	177
<b>CAPÍTULO 2 - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....</b>		<b>181</b>
<i>Rafael Machado</i>		
2.1	Proteção da infância nos âmbitos internacional e nacional.....	181
2.1.1	Declarações e convenções internacionais.....	181

2.1.2	Evolução do direito da infância no Brasil .....	186
2.1.2.1	Constituições Federais .....	186
2.1.2.2	Legislação infraconstitucional .....	187
2.2	Disposições preliminares do ECA .....	190
2.2.1	Definição de criança e adolescente .....	190
2.2.1.1	Aplicação do ECA ao nascituro .....	192
2.2.1.2	Primeira infância e jovem .....	193
2.2.2	Proteção integral.....	193
2.2.3	Princípio do melhor interesse ou interesse superior .....	194
2.2.4	Absoluta prioridade.....	196
2.2.5	Interpretação do ECA.....	197
2.3	Direitos fundamentais.....	198
2.3.1	Direito à vida e à saúde .....	198
2.3.1.1	Introdução.....	198
2.3.1.2	Direitos da maternidade .....	199
2.3.1.3	Aleitamento materno.....	200
2.3.1.4	Mãe privada de liberdade .....	200
2.3.1.5	Direito ao parto anônimo.....	201
2.3.1.6	Programas de assistência médica e odontológica.....	201
2.3.1.7	Deficiência .....	202
2.3.1.8	Fornecimento de medicamento .....	203
2.3.1.9	Comunicação de maus-tratos e atendimento na primeira infância .....	204
2.3.1.10	Obrigações de hospitais e demais estabelecimentos .....	204
2.3.2	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	205
2.3.2.1	Introdução.....	205
2.3.2.2	Castigo físico e medidas aplicáveis.....	208
2.3.2.3	<i>Bullying</i> (Lei n. 13.185/2015) .....	208
2.3.3	Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei n. 13.431/2017.....	209
2.3.3.1	Introdução.....	209
2.3.3.2	Escuta especializada e depoimento pessoal.....	211
2.3.3.3	Medidas de proteção.....	214
2.3.3.4	Integração das políticas de atendimento.....	216
2.3.4	Direito à educação.....	218
2.3.4.1	Introdução.....	218
2.3.4.2	Direito à educação pela criança e adolescente ..	219

	2.3.4.3	Dever do Estado.....	219
	2.3.4.4	Obrigação de matrícula e sistema educacional domiciliar ( <i>homeschooling</i> ) .....	222
	2.3.4.5	Aprovação em vestibular e não conclusão do ensino médio.....	222
	2.3.4.6	Dever de comunicação.....	224
	2.3.5	Direito � cultura, ao esporte e ao lazer.....	225
	2.3.6	Direito � profissionalização e � proteção no trabalho.....	225
	2.3.6.1	Noções gerais .....	225
	2.3.6.2	Atividades no âmbito doméstico familiar.....	227
2.4		Direito fundamental � convivência familiar .....	228
	2.4.1	Direito de crescer no seio familiar .....	228
	2.4.1.1	Introdução.....	228
	2.4.1.2	Classificações de família.....	229
	2.4.1.3	Audiência concentrada.....	229
	2.4.1.4	Prazo máximo de permanência em acolhimento institucional .....	230
	2.4.1.5	Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção .....	231
	2.4.1.6	Recém-nascido e crianç�a abandonados e inscrição no cadastro nacional de adoção.....	232
	2.4.1.7	Acolhimento familiar.....	233
	2.4.1.8	Ordem de preferência do direito � convivência familiar .....	234
	2.4.1.9	Apadrinhamento.....	235
	2.4.2	Poder familiar ou função parental.....	236
	2.4.2.1	Introdução.....	236
	2.4.2.2	Hipóteses de destituição e suspensão.....	237
	2.4.2.3	Pais dependentes químicos.....	239
	2.4.2.4	Pobreza .....	239
	2.4.2.5	Prisão e condenação criminal.....	240
	2.4.2.6	Alienação parental (Lei n. 12.318/2010).....	241
	2.4.3	Reconhecimento de filhos.....	243
	2.4.4	Reconhecimento do estado de filiação.....	243
	2.4.5	Família substituta.....	244
	2.4.5.1	Introdução.....	244
	2.4.5.2	Oitiva da crianç�a e do adolescente (princípio da autonomia progressiva) .....	245
	2.4.5.3	Crêterios e acompanhamento da medida.....	246

	2.4.5.4	Criança ou adolescente indígena ou de comunidade de quilombo.....	248
2.5		Modalidades de colocação em família substituta .....	248
	2.5.1	Guarda .....	248
	2.5.1.1	Introdução.....	248
	2.5.1.2	Classificações .....	250
	2.5.1.3	Guarda e condição de dependente.....	250
	2.5.1.4	Guarda e a posição dos pais .....	252
	2.5.1.5	Revogabilidade .....	252
	2.5.2	Tutela .....	253
	2.5.2.1	Introdução.....	253
	2.5.2.2	Termo de tutela provisória .....	254
	2.5.2.3	Tutela compartilhada .....	255
	2.5.2.4	Tutela testamentária ou documental.....	255
	2.5.2.5	Tutela ou curatela.....	256
	2.5.2.6	Cessação .....	256
	2.5.2.7	Destituição do tutor.....	256
	2.5.3	Adoção nacional .....	256
	2.5.3.1	Introdução.....	256
	2.5.3.2	Características .....	257
	2.5.3.3	Requisitos.....	258
	2.5.3.4	Cadastros de adoção.....	263
	2.5.3.5	Adoção personalíssima, <i>intuitu personae</i> ou dirigida .....	264
	2.5.3.6	Adoção unilateral, singular ou semiplena .....	265
	2.5.3.7	Adoção póstuma ou <i>post mortem</i> .....	269
	2.5.3.8	Adoção de nascituro .....	269
	2.5.3.9	Adoção de fato ou “� brasileira”.....	270
	2.5.3.10	Adoção por homossexuais .....	271
	2.5.3.11	Efeitos pessoais .....	271
	2.5.3.12	Efeitos patrimoniais .....	272
	2.5.3.13	Prazo de conclusão da ação de adoção.....	272
	2.5.3.14	Sentenç�a .....	272
	2.5.3.15	Direito de conhecer sua origem biológica.....	273
	2.5.3.16	Direitos previstos na CLT .....	273
	2.5.4	Adoção internacional.....	274
	2.5.4.1	Caracterização .....	274
	2.5.4.2	Requisitos.....	274



	2.5.4.3	Procedimento .....	275
	2.5.4.4	Organismos de intermediação da adoção e seu credenciamento .....	278
	2.5.4.5	Repasse de recursos .....	279
	2.5.4.6	Adoção por brasileiro residente no exterior .....	279
	2.5.4.7	Adoção internacional e o Brasil como país de acolhida .....	280
	2.5.4.8	Nacionalidade do adotado .....	281
	2.5.4.9	Quadro sinótico .....	282
2.6		Prevenção .....	283
	2.6.1	Disposições gerais .....	283
	2.6.2	Informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos .....	284
	2.6.2.1	Classificação indicativa .....	284
	2.6.2.2	Emissoras de rádio de televisão .....	286
	2.6.2.3	Venda e aluguel de filmes .....	286
	2.6.2.4	Revistas e publicações .....	287
	2.6.2.5	Bilhar, sinuca ou congêneres ou casa de jogo que realize aposta .....	287
	2.6.3	Produtos e serviços .....	288
	2.6.3.1	Produtos com venda proibida para criança ou adolescente .....	288
	2.6.3.2	Hospedagem de criança ou adolescente .....	290
	2.6.4	Autorização para viajar .....	291
	2.6.4.1	Viagem no território nacional .....	291
	2.6.4.2	Viagem ao exterior .....	292
2.7		Política e entidades de atendimento .....	294
	2.7.1	Política de atendimento .....	294
	2.7.1.1	Introdução .....	294
	2.7.1.2	Municipalização do atendimento e Conselhos .....	295
	2.7.1.3	Fundos geridos pelos Conselhos de Direitos .....	297
	2.7.2	Entidades de atendimento .....	299
	2.7.2.1	Espécies, inscrição e registro .....	299
	2.7.2.2	Entidades de acolhimento familiar ou institucional .....	301
	2.7.2.3	Acolhimento emergencial (art. 93) .....	303
	2.7.2.4	Obrigações das entidades de internação e acolhimento .....	304
	2.7.3	Fiscalização das entidades e medidas aplicáveis .....	304

2.8	Medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsável.....	305
2.8.1	Medidas de proteção.....	305
2.8.1.1	Hipóteses de aplicação (situações de risco) .....	305
2.8.1.2	Cumulação e substituição .....	306
2.8.1.3	Parâmetros e princípios para aplicação.....	306
2.8.1.4	Competência para aplicação e execução.....	308
2.8.1.5	Medidas de proteção em espécie.....	309
2.8.1.6	Acolhimento institucional e familiar .....	310
2.8.2	Regularização do registro civil.....	312
2.8.3	Medidas aplicáveis aos pais ou responsável .....	313
2.8.4	Afastamento do agressor da moradia comum.....	315
2.9	Ato infracional .....	316
2.9.1	Introdução.....	316
2.9.2	A criança e a prática de ato infracional .....	316
2.9.3	Início da maioridade penal.....	317
2.9.4	Nomenclaturas.....	317
2.9.5	Requisitos.....	318
2.9.6	Teoria do momento.....	318
2.9.7	Princípio da insignificância .....	319
2.9.8	Escusas absolutórias.....	319
2.9.9	Extradicação .....	320
2.9.10	Prescrição .....	321
2.9.11	Prática de ato infracional e consequências na maioridade ....	321
2.9.12	Redução da maioridade penal.....	322
2.10	Direitos individuais e garantias processuais .....	322
2.10.1	Direitos individuais .....	322
2.10.1.1	Internação provisória.....	323
2.10.2	Garantias processuais.....	326
2.11	Medidas socioeducativas .....	328
2.11.1	Introdução.....	328
2.11.2	Competência.....	329
2.11.3	Princípios .....	330
2.11.4	CrITÉRIOS de aplicação .....	331
2.11.5	Requisitos .....	331
2.11.6	Cumulação .....	332
2.11.7	Substituição.....	332
2.11.8	Adolescente com transtorno mental.....	333
2.11.9	Advertência.....	333

2.11.10	Obrigação de reparar o dano.....	334
2.11.11	Prestação de serviços à comunidade .....	335
2.11.12	Liberdade assistida .....	335
2.11.13	Semiliberdade .....	337
2.11.13.1	Semiliberdade provisória.....	339
2.11.14	Internação .....	340
2.11.14.1	Introdução.....	340
2.11.14.2	Espécies .....	340
2.11.14.3	Princípios .....	340
2.11.14.4	Hipóteses legais.....	341
2.11.14.5	Tráfico de drogas.....	348
2.11.14.6	Prazo da internação e sua reavaliação .....	349
2.11.14.7	Consequências com o cumprimento do prazo de 3 (três) anos.....	350
2.11.14.8	Transtorno mental e interdição no nível.....	350
2.11.14.9	Cumprimento imediato da medida e recurso de apelação.....	350
2.11.14.10	Liberção compulsória.....	351
2.11.14.11	Atividades externas .....	351
2.11.14.12	Direitos do adolescente internado.....	351
2.11.14.13	Local de cumprimento .....	353
2.12	Remissão.....	353
2.12.1	Introdução.....	353
2.12.2	Classificações .....	354
2.12.3	Natureza jurídica .....	355
2.12.4	Características .....	355
2.12.5	Requisitos .....	356
2.12.6	Remissão pelo Ministério Público.....	356
2.12.7	Remissão judicial.....	358
2.12.8	Descumprimento da remissão imprópria .....	358
2.12.9	Revisão da medida socioeducativa cumulada com a remissão.....	359
2.13	Execução das medidas socioeducativas .....	360
2.13.1	Introdução.....	360
2.13.2	Princípios .....	361
2.13.3	Direitos individuais.....	362
2.13.4	Formação da execução .....	362
2.13.5	Reavaliação.....	363

2.13.6	Substituição, progressão e regressão .....	364
2.13.7	Cumulação e unificação .....	368
2.13.8	Revisão da sanção disciplinar .....	371
2.13.9	Suspensão .....	372
2.13.10	Extinção.....	373
2.13.10.1	Causas previstas na Lei do Sinase.....	373
2.13.10.2	Maioridade penal.....	377
2.13.10.3	Prescrição das medidas socioeducativas .....	378
2.13.10.4	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato...	380
2.13.10.5	Prescrição da pretensão punitiva retroativa .....	381
2.13.10.6	Prescrição da pretensão punitiva intercorrente, superveniente ou subsequente .....	382
2.13.10.7	Prescrição da pretensão executória.....	382
2.13.11	Sistema recursal .....	384
2.14	Conselho tutelar.....	384
2.14.1	Introdução.....	384
2.14.2	Características .....	384
2.14.3	Organização .....	385
2.14.4	Requisitos e processo de escolha.....	386
2.14.5	Regime jurídico do conselheiro tutelar .....	387
2.14.6	Atribuições.....	388
2.14.7	Revisão das decisões .....	391
2.14.8	Sigilo das informações.....	391
2.14.9	Impedimentos.....	392
2.15	Acesso à Justiça.....	392
2.15.1	Disposições gerais.....	392
2.15.1.1	Acesso à Justiça.....	392
2.15.1.2	Sigilo .....	393
2.15.2	Justiça da Infância e Juventude.....	394
2.15.3	Noções gerais sobre competência.....	394
2.15.4	Competência do art. 148.....	395
2.15.4.1	Competência exclusiva ou plena .....	395
2.15.4.2	Competência concorrente .....	398
2.15.4.3	Competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar .....	399
2.15.5	Competência do art. 147.....	400
2.15.5.1	Ações cíveis .....	400
2.15.5.2	Apuração de ato infracional.....	401

2.15.5.3	Execução da medida socioeducativa ou de proteção.....	402
2.15.5.4	Infração cometida por rádio e televisão .....	402
2.15.6	Competência disciplinar (art. 149).....	402
2.15.6.1	Portaria e alvará.....	402
2.15.6.2	Hipóteses.....	404
2.15.7	Serviços auxiliares .....	405
2.15.8	Ministério Público .....	405
2.15.8.1	Atribuições.....	405
2.15.8.2	Fiscal da ordem jurídica .....	410
2.15.9	Advogado .....	411
2.15.10	Defensoria Pública .....	413
2.16	Procedimentos.....	413
2.16.1	Disposições gerais.....	413
2.16.1.1	Aplicação subsidiária da legislação processual pertinente .....	413
2.16.1.2	Contagem dos prazos .....	414
2.16.1.3	Procedimento verificatório ou pedido de providências .....	415
2.16.1.4	Multa.....	416
2.16.2	Procedimento de perda e de suspensão do poder familiar..	416
2.16.2.1	Introdução.....	416
2.16.2.2	Petição inicial.....	417
2.16.2.3	Legitimidade ativa .....	417
2.16.2.4	Legitimidade passiva.....	418
2.16.2.5	Cumulação de pedidos e conexão.....	419
2.16.2.6	Tutela provisória de suspensão do poder familiar .....	419
2.16.2.7	Estudo social ou perícia por equipe interprofissional.....	420
2.16.2.8	Citação e defesa .....	421
2.16.2.9	Poder requisitório de documentos.....	422
2.16.2.10	Consequências da não apresentação de resposta....	422
2.16.2.11	Consequências da apresentação de resposta .....	423
2.16.2.12	Prazo para conclusão.....	423
2.16.2.13	Sentença e efeitos .....	424
2.16.2.14	Restabelecimento do poder familiar.....	424
2.16.2.15	Ação de adoção sem pedido de destituição do poder familiar .....	424

2.16.3	Procedimento de destituição da tutela.....	425
2.16.4	Procedimento de colocação em família substituta.....	426
2.16.4.1	Introdução.....	426
2.16.4.2	Hipóteses autorizadoras.....	426
2.16.4.3	Requisitos da inicial.....	428
2.16.4.4	Consentimento dos pais.....	428
2.16.4.5	Procedimento .....	429
2.16.4.6	Programa de acolhimento familiar .....	431
2.16.5	Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento .....	431
2.16.5.1	Introdução.....	431
2.16.5.2	Natureza jurídica .....	431
2.16.5.3	Legitimidade ativa .....	431
2.16.5.4	Legitimidade passiva e sanções.....	432
2.16.5.5	Afastamento provisório do dirigente.....	433
2.16.5.6	Necessidade de advogado para resposta escrita	433
2.16.5.7	Contagem do prazo para resposta escrita e revelia .....	434
2.16.5.8	Audiência de instrução e julgamento.....	434
2.16.5.9	Prazo para remoção das irregularidades.....	434
2.16.6	Procedimento de apuração de infração administrativa.....	435
2.16.6.1	Introdução.....	435
2.16.6.2	Natureza jurídica .....	435
2.16.6.3	Legitimidade ativa .....	435
2.16.6.4	Legitimidade passiva.....	436
2.16.6.5	Prazo para defesa e necessidade de advogado..	436
2.16.6.6	Revelia e seus efeitos .....	437
2.16.6.7	Audiência de instrução e julgamento.....	438
2.16.6.8	Prescrição.....	438
2.16.7	Procedimento de habilitação de pretendentes à adoção.....	439
2.16.7.1	Introdução.....	439
2.16.7.2	Competência.....	439
2.16.7.3	Petição inicial e documentos .....	440
2.16.7.4	Necessidade de advogado .....	440
2.16.7.5	Ministério Público e providências.....	441
2.16.7.6	Estudo psicossocial, preparação e contato dos pretendentes.....	441
2.16.7.7	Audiência de instrução e julgamento.....	442

2.16.7.8	Inscrição nos cadastros .....	442
2.16.7.9	Indeferimento do cadastro.....	443
2.16.7.10	Recadastramento do pretendente que já adotou ...	444
2.16.8	Procedimento de infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.....	445
2.17	Procedimento de apuração de ato infracional .....	446
2.17.1	Introdução.....	446
2.17.2	Fase policial ou investigativa.....	447
2.17.2.1	Apreensão do adolescente por ordem judicial..	447
2.17.2.2	Apreensão do adolescente em situação de flagrância .....	447
2.17.2.3	Ato infracional com violência ou grave ameaça à pessoa e manutenção da apreensão.....	447
2.17.2.4	Ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa .....	449
2.17.2.5	Apresentação ao Ministério Público .....	450
2.17.2.6	Procedimento para apuração de ato infracional...	450
2.17.2.7	Transporte e uso de algema .....	450
2.17.3	Fase do Ministério Público.....	451
2.17.3.1	Oitiva informal .....	451
2.17.3.2	Outras providências .....	452
2.17.3.3	Arquivamento dos autos .....	453
2.17.3.4	Remissão .....	453
2.17.3.5	Representação.....	453
2.17.3.6	Internação provisória.....	454
2.17.3.7	Liberação do adolescente pelo MP .....	455
2.17.3.8	Complementação de diligências .....	455
2.17.4	Fase judicial .....	455
2.17.4.1	Aplicação do procedimento comum ordinário do CPP?.....	455
2.17.4.2	Recebimento ou rejeição da representação .....	456
2.17.4.3	Audiência de apresentação .....	456
2.17.4.4	Remissão judicial.....	458
2.17.4.5	Suspensão condicional do processo.....	459
2.17.4.6	Estudo pela equipe interprofissional ou relatório polidimensional.....	459
2.17.4.7	Defesa prévia.....	459
2.17.4.8	Assistente de acusação.....	459

2.17.4.9	Audiência em continuação .....	460
2.17.4.10	Sentença .....	461
2.17.4.11	Princípio da identidade física do juiz .....	462
2.17.4.12	Intimação da sentença.....	463
2.17.4.13	Prazo máximo para a conclusão do processo....	464
2.17.4.14	Local de cumprimento da internação provisória..	464
2.17.4.15	Recurso.....	464
2.17.4.16	Justiça restaurativa.....	465
2.18	Recursos .....	466
2.18.1	Noções gerais.....	466
2.18.2	Legitimidade .....	466
2.18.3	Peculiaridades do art. 198 do ECA.....	467
2.18.3.1	Preparo .....	467
2.18.3.2	Prazo .....	467
2.18.3.3	Preferência de julgamento e dispensa de revisor...	468
2.18.3.4	Juízo de retratação .....	469
2.18.3.5	Apresentação das razões recursais de apelação.	470
2.18.3.6	Técnica do art. 942 do CPC para processo de apuração de ato infracional ou de execução de medida socioeducativa.....	470
2.18.4	Efeitos da sentença .....	471
2.18.4.1	Regra geral.....	471
2.18.4.2	Sentença que impõe medida socioeducativa.....	471
2.18.4.3	Adoção e destituição do poder familiar .....	473
2.19	Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos .....	473
2.19.1	Introdução.....	473
2.19.2	Proteção judicial dos interesses individuais .....	473
2.19.3	Proteção judicial dos interesses difusos e coletivos.....	474
2.19.3.1	Competência.....	475
2.19.3.2	Legitimidade.....	475
2.19.3.3	Ministério Público.....	476
2.19.3.4	Ação civil pública.....	477
2.19.3.5	Termo de ajustamento de conduta.....	478
2.19.3.6	Ações admissíveis.....	478
2.19.3.7	Ação de obrigação de fazer ou não fazer .....	478
2.19.3.8	Custas e honorários advocatícios .....	479
2.19.3.9	Multas .....	479



2.19.3.10	Cumprimento de sentença condenatória e destinação do valor.....	480
2.19.3.11	Sistema recursal e efeitos do recurso .....	480
2.19.3.12	Aplicação subsidiária da LACP e do CDC .....	481
<b>CAPÍTULO 3 – DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....</b>		<b>483</b>
<i>Lauro Ribeiro</i>		
3.1	Noções introdutórias.....	483
3.1.1	A sociedade moderna.....	483
3.1.2	A sociedade moderna e a pessoa com deficiência.....	484
3.2	Conceito de pessoa com deficiência – PCD .....	484
3.2.1	Inovação conceitual trazida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI.....	489
3.2.2	Deficiência mental ou intelectual? Ou ambas?.....	490
3.2.3	Terminologia correta.....	492
3.3	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano internacional.....	492
3.4	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano constitucional.....	494
3.4.1	Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar do tema .....	497
3.4.2	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano convencional – Convenção de Nova Iorque (da ONU).....	498
3.5	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano infraconstitucional .....	499
3.5.1	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI....	501
3.5.1.1	Breve histórico e novidades introduzidas.....	501
3.5.1.2	Lei principiológica.....	501
3.5.1.3	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias previstos na LBI .....	502
3.5.1.4	Vinculação à Convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência .....	502
3.5.1.5	Diálogo “das fontes” e “das Cortes” .....	503
3.5.1.6	Controle de convencionalidade.....	505
3.5.1.7	Alcance da eficácia social (efetividade) da LBI....	506
3.5.2	Inovações e alterações legislativas promovidas pela LBI .....	507
3.5.2.1	Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência .....	507

3.5.2.2	Auxílio-inclusão.....	507
3.5.2.3	Controle de acessibilidade pelos agentes públicos e proibição de exigência da presença da pessoa com deficiência a órgãos públicos quando sua condição pessoal e as condições de acessibilidade lhe imponham ônus desproporcional.....	508
3.5.2.4	Alterações ao Código Eleitoral.....	508
3.5.2.5	Mudança na movimentação do FGTS.....	509
3.5.2.6	Alterações no Código de Defesa do Consumidor (CDC).....	509
3.5.2.7	Mudanças na Lei n. 8.213/1991, que regula os planos de benefícios da Previdência Social.....	510
3.5.2.8	Modificações na “Lei Rouanet” – Lei n. 8.313/1991.....	511
3.5.2.9	Alterações na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei de Licitações.....	511
3.5.2.10	Mudanças na Lei n. 9.250/1995 (dispõe sobre Imposto de Renda).....	512
3.5.2.11	Alterações no Código de Trânsito Brasileiro.....	513
3.5.2.12	Alteração na Lei n. 9.615/1998 (normas gerais sobre desporto).....	513
3.5.2.13	Modificações no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).....	513
3.5.2.14	Mudanças sobre uso de cão-guia (Lei n. 11.126/2005) e acesso a museus (Lei n. 11.904/2009).....	514
3.5.2.15	Alterações à Lei n. 12.587/2012 (mobilidade urbana).....	515
3.5.2.16	Disposições finais da LBI.....	515
3.6	Direitos básicos da pessoa com deficiência.....	515
3.6.1	Capacidade civil: curatela e tomada de decisão apoiada.....	516
3.6.2	Tomada de decisão apoiada.....	523
3.6.3	Direito à dignidade da pessoa humana.....	526
3.6.4	Direito à felicidade.....	527
3.6.5	Direito a uma sociedade justa, solidária, sem preconceitos de qualquer espécie, desigualdades e discriminação.....	528
3.6.5.1	Sociedade solidária.....	530
3.6.6	Direito à igualdade e à diferença.....	531
3.6.7	Direito à vida.....	532
3.6.8	Direito à saúde.....	532
3.6.9	Direito à assistência social.....	534

3.6.10	Direito à habilitação, reabilitação e à promoção da inclusão social .....	535
3.6.11	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) .....	536
3.6.12	Direito à previdência social.....	538
3.6.13	Direito à moradia .....	539
3.6.14	Direito à educação.....	540
	3.6.14.1 Plano internacional .....	540
	3.6.14.2 Plano nacional.....	541
3.6.15	Direito ao trabalho.....	546
	3.6.15.1 Inclusão no trabalho, sistema de cotas e reservas em concurso público .....	547
3.6.16	Direito à mobilidade urbana e acessibilidade .....	553
3.6.17	Direito ao transporte .....	558
3.6.18	Direito à participação na vida pública e política .....	559
3.6.19	Do acesso à justiça.....	559
3.6.20	Tipificação de crimes e infrações administrativas.....	561
3.6.21	Isonções .....	562
<b>CAPÍTULO 4 - DIREITO DO IDOSO.....</b>		<b>565</b>
<i>Lauro Ribeiro</i>		
4.1	Introdução.....	565
4.2	Conceito de pessoa idosa.....	567
	4.2.1 O sistema de proteção da pessoa idosa no âmbito internacional.....	568
	4.2.2 Âmbito nacional: Constituição Federal.....	569
	4.2.3 Estatuto do Idoso (EI) – Lei n. 10.741/2003 .....	571
	4.2.3.1 Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias do EI.....	571
	4.2.3.2 Lei principiológica.....	572
	4.2.4 Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/1994 .....	572
	4.2.5 Alguns outros diplomas legais de proteção ao idoso .....	573
4.3	Direitos básicos da pessoa idosa.....	575
	4.3.1 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	575
	4.3.2 Direito à alimentação.....	576
	4.3.3 Direito à vida/saúde .....	578
	4.3.4 Direito à educação.....	583
	4.3.5 Direito à moradia .....	585
	4.3.6 Direito ao trabalho.....	586

4.3.7	Direito à assistência e previdenciária social.....	588
4.3.7.1	Da assistência social.....	588
4.3.7.2	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	589
4.3.7.3	Da previdência social.....	591
4.3.8	Direito a cultura, esporte, lazer e turismo.....	591
4.3.9	Direito ao transporte gratuito.....	592
4.3.10	Direito à proteção.....	593
4.3.10.1	Incidência das medidas de proteção.....	594
4.3.10.2	Especial obrigação da família.....	595
4.3.10.3	Medidas protetivas em espécie.....	596
4.3.10.4	Política de atendimento ao idoso.....	597
4.3.11	Direito à convivência familiar e comunitária.....	598
4.3.11.1	Entidades de atendimento à pessoa idosa.....	599
4.3.11.2	Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs.....	600
4.3.11.3	Fiscalização nas entidades de atendimento.....	601
4.3.11.4	Das infrações e sanções administrativas previstas no EI.....	601
4.3.11.5	Da apuração administrativa de infração contra pessoa idosa.....	602
4.3.11.6	Da apuração judicial de irregularidade em entidade de atendimento.....	603
4.3.12	Tutela judicial de direito individual disponível.....	605
4.3.13	Tutela judicial de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos e coletivos ( <i>lato sensu</i> : difusos e coletivos em sentido estrito).....	606
4.3.13.1	Pontos relevantes.....	606
4.3.13.2	Legitimados ativos.....	610
4.3.13.3	O papel do Ministério Público.....	611
4.4	Crimes definidos no EI.....	613

## CAPÍTULO 5 - DIREITO EDUCACIONAL..... 617

*Lauro Ribeiro*

5.1	Noções introdutórias.....	617
5.1.1	Educação na sociedade moderna.....	618
5.2	Conceito e natureza jurídica.....	619
5.3	Educação, ensino e escola.....	621

5.4	O sistema normativo no plano internacional .....	623
5.5	O sistema normativo no plano nacional.....	624
5.5.1	Constituição Federal de 1988.....	624
5.5.2	Síntese da educação na CF/88.....	625
5.5.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996.....	626
5.5.4	Plano Nacional de Educação – PNE .....	630
5.6	Estrutura educacional .....	632
5.6.1	Educação básica .....	632
5.6.2	Ensino superior.....	635
5.6.3	Sistemas de ensino .....	636
5.6.4	A repartição de competências e financiamento da educação....	637
5.6.5	Responsabilidade civil das instituições públicas de ensino (art. 37, § 6º, da CF/88).....	640
5.7	<i>Bullying</i> .....	642
5.8	Desescolarização ( <i>unschooling</i> ) e Educação domiciliar ( <i>home-schooling</i> ) .....	644

## CAPÍTULO 6 – LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL..... 647

*Landolfo Andrade*

6.1	Introdução.....	647
6.2	Noção de corrupção empresarial.....	649
6.3	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no tempo.....	651
6.4	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no espaço .....	653
6.5	Os bens jurídicos tutelados pela LAE .....	655
6.6	Sujeitos do ato lesivo à Administração Pública.....	656
6.6.1	Sujeito passivo.....	656
6.6.2	Sujeito ativo .....	658
6.6.2.1	Pessoa jurídica de direito privado.....	658
6.6.2.2	Pessoas naturais: o art. 3º da LAE.....	661
6.7	Responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica .....	663
6.7.1	Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica .....	664
6.7.2	Pressupostos para a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica.....	665
6.7.2.1	Subsunção da conduta na tipologia do artigo 5º da LAE .....	666
6.7.2.2	Interesse ou benefício da pessoa jurídica, exclusivo ou não.....	666

6.7.2.3	Existência de algum vínculo entre o autor do ato lesivo e a pessoa jurídica beneficiada.....	667
6.7.3	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de seus dirigentes, administradores, empregados ou prepostos.....	668
6.7.4	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de agente de empresa terceirizada .....	669
6.7.5	Possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em caso de não identificação da pessoa natural infratora .....	670
6.7.6	Alterações contratuais e operações societárias.....	673
6.7.7	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas.....	674
6.8	Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.....	675
6.8.1	Noções introdutórias.....	675
6.8.2	Elemento subjetivo do ato lesivo .....	676
6.8.3	Atos lesivos elencados no artigo 5º.....	677
6.8.3.1	Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público (corrupção ativa) .....	677
6.8.3.2	Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos .....	679
6.8.3.3	Utilização de interposta pessoa .....	680
6.8.3.4	Atos lesivos referentes a licitações e contratos.....	681
6.8.3.5	Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.....	687
6.8.4	Atos lesivos tentados.....	688
6.8.5	Princípio da insignificância: inadmissibilidade.....	689
6.8.6	Necessidade de prova de dano ao erário.....	689
6.9	Responsabilização administrativa .....	690
6.9.1	Noções introdutórias.....	690
6.9.2	Multa .....	692
6.9.2.1	Natureza jurídica .....	692
6.9.2.2	Base de cálculo da multa.....	693
6.9.2.3	Aplicação da pena de multa.....	694
6.9.2.4	Garantia de pagamento da multa.....	697
6.9.2.5	Cobrança da multa.....	697
6.9.2.6	Destinatários dos valores arrecadados.....	697
6.9.3	Publicação extraordinária da decisão condenatória.....	698
6.9.4	Aplicação das sanções.....	699
6.9.4.1	Parâmetros para a aplicação das sanções .....	699

6.9.4.2	Programas de <i>Compliance</i> .....	701
6.9.4.3	Prévia manifestação jurídica .....	703
6.9.5	Reparação integral do dano causado.....	703
6.9.6	Processo administrativo de responsabilização.....	704
6.9.6.1	Instauração .....	705
6.9.6.2	Competência .....	708
6.9.6.3	Instrução .....	709
6.9.6.4	Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo .....	710
6.9.6.5	O direito à defesa no processo administrativo .....	711
6.9.6.6	Prazo de conclusão .....	711
6.9.6.7	Julgamento.....	711
6.9.6.8	O processo administrativo de reparação do dano .....	712
6.9.6.9	Desconsideração da personalidade jurídica .....	713
6.9.6.10	A comunicação ao Ministério Público.....	717
6.9.7	Acordo de leniência .....	720
6.9.7.1	Competência para a celebração do acordo de leniência na LAE .....	721
6.9.7.2	A participação do Ministério Público na celebração dos acordos de leniência.....	722
6.9.7.3	Condições e requisitos.....	725
6.9.7.4	Efeitos da celebração do acordo de leniência na LAE .....	726
6.9.7.5	Rejeição da proposta de acordo de leniência .....	728
6.9.7.6	Descumprimento do acordo de leniência.....	729
6.9.7.7	Ressarcimento do dano .....	729
6.9.7.8	Possibilidade de celebração de acordo de leniência em relação aos ilícitos previstos na Lei n. 8.666/1993.....	730
6.10	Responsabilização judicial.....	731
6.10.1	Noções introdutórias.....	731
6.10.2	Competência.....	732
6.10.2.1	Competência em caso de ato lesivo praticado no exterior .....	733
6.10.3	Legitimação.....	734
6.10.3.1	Legitimação ativa concorrente e disjuntiva .....	734
6.10.3.2	Legitimação ativa exclusiva do Ministério Público .....	737
6.10.3.3	Legitimação passiva.....	738

6.10.4	Providências cautelares: a indisponibilidade dos bens.....	740
6.10.4.1	Pressupostos .....	741
6.10.4.2	Alcance .....	742
6.10.5	Pedido .....	742
6.10.6	Procedimento .....	743
6.10.7	Sentença.....	744
6.10.7.1	Correlação entre pedido e sentença.....	744
6.10.8	Sanções civis.....	745
6.10.8.1	Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé (art. 19, I) .....	745
6.10.8.2	Suspensão ou interdição parcial da atividade (art. 19, II).....	746
6.10.8.3	Dissolução compulsória (art. 19, III) .....	746
6.10.8.4	Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos (art. 19, IV).....	747
6.10.9	Aplicação das sanções .....	748
6.10.9.1	Juízo de ilicitude da conduta e juízo de aplicação da sanção .....	748
6.10.9.2	Parâmetros para aplicação das sanções.....	748
6.10.9.3	Aplicação cumulativa das sanções.....	749
6.10.9.4	Aplicação de sanções não pedidas pelo autor.....	749
6.10.10	Sanções da LAE diante de outras sanções previstas em outras normas.....	749
6.10.11	O diálogo entre a Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial) e a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) .....	751
6.10.11.1	Requisitos para a aplicação simultânea da LIA e da LAE.....	752
6.10.11.2	Possibilidade de cumulação das sanções previstas na LIA e na LAE.....	753
6.10.11.3	Alcance subjetivo das sanções .....	755
6.10.11.4	Rito processual em caso de cumulação das ações.....	756
6.10.12	Coisa julgada .....	756
6.10.13	Prescrição .....	757
6.10.13.1	Interrupção da prescrição .....	757
6.10.14	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP .....	758
6.10.15	O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.....	758



<b>CAPÍTULO 7 – DIREITO À SAÚDE.....</b>	<b>759</b>
<i>Lauro Ribeiro</i>	
7.1 Noções introdutórias.....	759
7.2 Conceito de saúde.....	763
7.3 Sistema normativo de proteção à saúde no plano internacional.....	764
7.4 Sistema normativo de proteção à saúde no plano constitucional.....	765
7.5 Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar da saúde.....	782
7.6 Sistema normativo infraconstitucional.....	783
7.6.1 Sistema Único de Saúde – SUS.....	784
7.6.1.1 Normas operacionais e Pacto pela Saúde.....	794
7.6.1.2 Programação Pactuada entre gestores.....	795
7.6.2 Política Nacional de Medicamentos.....	795
7.7 Regulação assistencial: vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental.....	800
7.8 Judicialização da saúde.....	801
7.9 Saúde complementar e saúde suplementar.....	806
7.10 Saúde mental.....	807
7.10.1 Plano Nacional de Atuação do Ministério Público em Saúde Pública.....	814
7.10.2 Papel da família, do Estado e da sociedade.....	815
7.10.3 Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – Álcool e outras drogas no SUS. Redução de danos.....	816
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>817</b>